

Vol. 01, **Nº 03** (2024)
ISSN: 2966-0130

REVISTA FIOS DE LETRAS

ANÁLISE DA VARIAÇÃO E PRECONCEITOS LINGUÍSTICOS NA
EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Jaqueline Braga Moraes Cajaiba

Lilian de Sant'Anna Maia

**Análise da Variação e Preconceitos Linguísticos na Educação do Campo:
uma revisão de literatura**

2

*Analysis of linguistic variation and linguistic prejudice in countryside education:
a literature review*

Jaqueline Braga Moraes Cajaiba¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7450-6165>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2258812585050818>

Lilian de Sant'Anna Maia²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6472-6212>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8402992510062176>

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo analisar se o ensino da Língua Portuguesa nas Escolas do Campo possibilita a reflexão acerca da Variação e do Preconceito Linguísticos. A metodologia utilizada é de natureza exploratória e revisão de literatura. O aporte teórico se ampara em Labov (2008), Calvet (2002), Mollica e Braga (2015), Zilles e Faraco (2015), Bagno (1999, 2006, 2007), Arroyo (1999, 2004), Frigotto (2012), dentre outros. Os resultados apontam a importância do ensino da Língua Portuguesa voltado à valorização da diversidade linguística, de modo a pensar estratégias que contribuam para a construção de um espaço escolar diverso, capaz de respeitar os distintos fenômenos da língua. No que tange à discussão acerca da Variação e do Preconceito Linguísticos, existe uma vasta produção, contudo, no que se refere aos estudos voltados para a realidade da Educação do Campo, esse movimento ainda é incipiente. Logo, existe a necessidade de se efetivarem ações pedagógicas nas escolas do campo que considerem a heterogeneidade da língua e entendam o ensino da Língua Portuguesa enquanto possibilidade de valorização e reconhecimento da cultura e diversidade do campo, a fim de romper com o viés do preconceito.

PALAVRAS-CHAVE: Preconceito Linguístico; Variação Linguística; Educação do Campo; Língua Portuguesa.

ABSTRACT: This article addresses the topic of Variation and Prejudice in Rural Education and aims to analyze whether the teaching of the Portuguese Language in Rural Schools has enabled reflection on Linguistic Variation and Linguistic Prejudice. The methodology is exploratory in nature and literature review. The theoretical support is supported by Labov (2008); Calvet (2002); Mollica and Braga (2015), Zilles and Faraco (2015), Bagno (1999, 2006, 2007), Arroyo (1999; 2004); Frigotto (2012) among others. The results point to the importance of teaching the Portuguese language aimed at valuing linguistic diversity. In

¹ Graduada em Psicologia (FTC) e em Letras Vernáculas Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Especialista em Psicologia da Educação, Mestra em Educação – PPGED/Universidade Estadual do Sudoeste Baiano – UESB. Professora substituta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade (GEPEMDECC/CNPq). Coordenadora Territorial do Programa Formacampo. Professora substituta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. UFRB Email: jaqueline.braga.tcc@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7450-6165> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2258812585050818>

² Graduada em Letras e Artes pela Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC; Ciências Sociais pela UESC; Especialista em História Regional pela UESC; Estudos Comparados em Literatura de Língua Portuguesa pela UESC; Neurolinguística pela FAVED; Especialista em Mídias em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; Mestre em Letras pelo PROFLETRAS/UESC E-mail: lilionsantos@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6472-6212>; Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8402992510062176>.

 <https://doi.org/10/59666/fiosdeletras.v1i03.4087>

 <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

order to think about strategies that contribute to the construction of a diverse school space, capable of respecting the different phenomena of the language. Regarding the discussion about Variation and Linguistic Prejudice there is a vast production, however in studies focused on the reality of Rural Education this movement is still incipient. Therefore, there is a need to carry out pedagogical actions in rural schools that consider the heterogeneity of the language and understand the teaching of the Portuguese language as a possibility of valuing and recognizing the culture and diversity of the countryside, in order to break with the bias of prejudice.

KEYWORDS: Linguistic Prejudice; Linguistic Variation; Rural Education; Portuguese language.

Introdução

As pesquisas na área da linguagem têm se debruçado em analisar os fenômenos da Variação Linguística e do Preconceito Linguístico. Cabe mencionar que o Brasil é um país muito extenso territorialmente e diverso, isso pode ser notado na forma como as pessoas se comunicam verbalmente e pela infinidade dos sotaques brasileiros, bem como a multiplicidade no modo e sentidos da fala. E essa diversidade na maneira de falar gera uma Variação Linguística, que sofre influência das questões de ordem econômicas, geográficas, culturais, religiosas, entre outras. Vale ressaltar que, quando não se reconhece a heterogeneidade da língua, isso pode desencadear Preconceitos Linguísticos.

Ressalta-se que o princípio fundamental da língua é estabelecer comunicação, este processo é dinâmico e passa por transformações. Nessa direção, a Variação Linguística acontece porque à medida que falamos vamos construindo mudanças, adaptações no modo de falar em conformidade com o contexto de uso da língua. Destarte, as diferentes maneiras de falar devem ser consideradas como variações que não podem ser apontadas como erros, afinal quando tratamos as variações como enunciações erradas, incidimos no Preconceito Linguístico.

Ao considerar as questões de Variação e Preconceito Linguísticos nos reportamos à realidade da Educação do Campo³, uma modalidade da educação que vem lutando pelo direito à educação, ao respeito, valorização as especificidades e diversidade do povo do campo. Em suma, tanto a Variação como o Preconceito Linguísticos são temáticas que se entrelaçam com a realidade da Educação do Campo, principalmente, quando se considera a diversidade da população campesina e a

³ A Educação do Campo nasceu das lutas da classe trabalhadora camponesa organizada, principalmente, como movimentos sociais que buscam um projeto educacional na forma de política pública, e que respeite os interesses dos diversos sujeitos coletivos que fazem do campo o seu território de vida. (Santos, 2017, p. 72)

necessidade de práticas escolares que respeitem e valorizem as diversas formas de existência e de falar do campesinato⁴.

A problemática que mobiliza o artigo é: se, no contexto da Educação do Campo, o ensino de Língua Portuguesa propicia uma reflexão acerca da língua como um conjunto de variedades e sobre o preconceito linguístico. O objetivo deste artigo é analisar averiguar, a partir dos estudos analisados, se o ensino da Língua Portuguesa nas Escolas do Campo⁵ tem possibilitado a reflexão acerca da Variação e do Preconceito Linguísticos.

O processo metodológico da pesquisa incidiu na realização de uma pesquisa bibliográfica de natureza exploratória e revisão de literatura. De acordo com Gil (2002), a pesquisa exploratória possibilita maior aproximação com o tema pesquisado a partir do levantamento bibliográfico. Dessa maneira, permite a quem pesquisa determinado objeto obter uma ampla quantidade de informações que vão colaborar para a compreensão do fenômeno estudado.

O aporte teórico é respaldado em Labov (2008), Zilles e Faraco (2015) para basilar as discussões acerca das Variações e do Preconceito Linguísticos; Calvet (2002), Mollica e Braga (2015) que tratam da Sociolinguística; Bagno (1999, 2007, 2023), que dá enfoque ao preconceito linguístico diante das variações inerentes à língua. As análises sobre as variações e os preconceitos linguísticos dar-se-ão no âmbito da Educação do Campo, com esse propósito foram utilizados Arroyo (1999; 2004), Frigotto (2012), Caldart (2012) Santos (2017) e Silva (20018), dentre outros teóricos.

Esta pesquisa está organizada com os seguintes tópicos: Variação e o Preconceito Linguísticos no ensino da Língua Portuguesa na Educação do Campo: uma interlocução com a sociolinguística; A linguagem enquanto processo de construção social, cultural e geográfico; A interface entre Variação, Preconceito Linguísticos e Educação do Campo; Resultados e Discussões; Conclusões e Referências.

1 Variação e o Preconceito Linguístico no ensino da Língua Portuguesa na Educação do Campo: uma interlocução com a Sociolinguística

Antes de iniciar a discussão acerca da Variação e do Preconceito Linguísticos na realidade da Educação do Campo, remetemo-nos a sociolinguística, que é apontada

⁴ Campesinato é o conjunto de famílias camponesas existentes em um território. As famílias camponesas existem em territórios, isto é, no contexto de relações sociais que se expressam em regras de uso (instituições) das disponibilidades naturais (biomas e ecossistemas) e culturais (capacidades difusas internalizadas nas pessoas e aparatos infraestruturais tangíveis e intangíveis) de um dado espaço geográfico politicamente delimitado. (Costa; Carvalho, 2009, p. 115)

⁵ A escola do campo é aquela que tem vinculação com a sua realidade, e isso não quer dizer que ela fique reduzida à realidade. A escola do campo é aquela que reconhece e trabalha a realidade na qual a escola está localizada e vai além dela. Aprofunda os conhecimentos, relacionando-os com a prática social, com o trabalho na terra, nas águas, nas florestas, com a cultura dos diversos povos. (Souza, 2022, p. 24)

por Bagno (2006, p. 209) como o ramo da linguística que “estuda as correlações entre fenômeno linguístico e fato social”. O homem é um ser social, desta maneira, o uso da língua, conseqüentemente, está relacionado aos fatores sociais e, por isso, não pode ser analisada de maneira isolada.

O termo Sociolinguística surgiu em meados dos anos de 1960, em um congresso organizado por William Bright na Universidade da Califórnia (Los Angeles). Nesse congresso, estavam presentes vários pesquisadores cujos estudos se voltavam para a relação entre linguagem e sociedade, como: John Gumperz, Einar Haugen, Dell Hymes, John Fisher, José Pedro Rona e William Labov (Oliveira, 2017, p. 4).

Nessa perspectiva, as pesquisas apontam que foi na década de 60 que a Sociolinguística se estabeleceu enquanto área de estudo. De acordo com Mariano e Silva (2017), foi exatamente nesta época que ascendem as pesquisas sobre a Variação Linguística e suas correlações com traços sociais das comunidades linguísticas, este campo de estudo se ampliou, visto que atualmente existem inúmeras pesquisas voltadas a analisar o uso da língua nas sociedades humanas.

Destarte, a sociolinguística é um ramo do conhecimento fundamental para dar sustentação ao debate sobre a Variação e Preconceito Linguísticos. Em vista disso, a sociolinguística estuda a relação existente entre a estrutura linguística, o uso da língua e os aspectos sociais e culturais produzidos. Logo, a língua é uma criação social e, portanto, não pode ser analisada como uma estrutura autônoma, imutável, estática, visto que tem uma total dependência com o contexto cultural, ambiental e Histórico. Assim, para compreender as variações da língua é primordial considerar, os aspectos sociais, culturais e históricos dos falantes.

A saber, “no Brasil, as pesquisas sociolinguísticas vêm se consolidando nas últimas décadas, ajudando a entender a diversidade linguística no que diz respeito tanto às variedades regionais quanto às variedades sociais.” (Pimentel, 2018, p.10). Portanto, o ensino de Língua Portuguesa no Brasil, seja na Educação do Campo ou na Educação Urbana precisa considerar que somos um povo cuja língua surge e se estrutura a partir da diversidade, logo, existem variações que precisam ser consideradas ao se trabalhar a linguagem.

Calvet (2002) advoga que o uso da língua sofre variações sociais, geográficas e históricas, cabendo à sociolinguística estudar o comportamento social que essas variações podem provocar, visto que a língua é um sistema social e heterogêneo. Além disso, a língua pode ser apontada como instrumento de poder, visto que é sempre marcada pela divisão da sociedade em classes sociais. Nessa direção, a escola deve atuar de modo a possibilitar que a língua seja um veículo que possibilite a

interação entre as pessoas, eliminando as formas de preconceito que segregam e excluem.

Dito isso, faz-se necessário admitir que historicamente o ensino da Língua Portuguesa seguiu um padrão normativo. Por isso, considerar a variação linguística no contexto da Educação Campesina é uma tarefa desafiadora, uma vez que na realidade da educação brasileira ainda existe uma postura que tenta homogeneizar as práticas educacionais. Quando a Variação não é considerada no contexto de uso da língua, surge o Preconceito Linguístico, outra artimanha segregadora e excludente, afinal, conforme Bagno (1999), não existe uma unidade no Português do Brasil.

É preciso, portanto, que a escola e todas as demais instituições voltadas para a educação e a cultura abandonem esse mito da “unidade” do português no Brasil e passem a reconhecer a verdadeira diversidade linguística de nosso país para melhor planejarem suas políticas de ação junto à população amplamente marginalizada dos falantes das variedades não-padrão (Bagno, 1999, p.18).

Nessa vertente, Santos (2017, p. 72) infere que “A educação brasileira tem sido excludente e dualista desde os tempos do Brasil-colônia, privilegiando, nesse sentido, a classe dominante, e quando se refere ao campo, essa exclusão aparece de forma ainda mais perceptível.” Assim, quando tratamos do ensino de Língua Portuguesa na Educação do Campo, é urgente admitir, reconhecer e reafirmar que ao longo da história a educação manteve um modelo excludente e segregador.

Nessa direção, o trabalho com Língua Portuguesa foi pensado e formulado de forma igual para todos, levando em consideração os princípios hegemônicos da classe dominante, desconsiderando a especificidade local e regional da população brasileira.

No Brasil, ainda não se conferiu a devida atenção à influência da diversidade linguística no processo educacional. A Ciência Linguística vem, timidamente, apontando estratégias que visam a aumentar a produtividade da educação e a preservar os direitos do educando. Essa contribuição será tanto mais efetiva se fundamentada na convicção de que a situação sociolinguística brasileira apresenta peculiaridades que a distinguem da de outros países. As atividades científicas na área não se podem restringir, portanto, a uma simples importação. É indispensável o desenvolvimento de um aparato teórico-metodológico adequado à realidade nacional (Bertoni-Ricardo, 2005, p. 18).

Contudo, é sabido que o Brasil é um país marcado pela diversidade, logo, a educação carece de práticas que contemplem e respeitem as mais variadas manifestações sociais e culturais dos estudantes. A realidade posta convoca a assumir uma postura diferente, que se contraponha ao modelo dominante de educação,

no qual a língua é um meio de exercer poder e sobrepôr uma classe sobre a outra. Nessa trajetória, o ensino da Língua Portuguesa nas escolas do campo não pode desconsiderar as diferenças sociolinguísticas, tampouco alimentar preconceitos em relação aos diversos falantes.

Não se pode perder de vista que é função da escola promover uma formação que respeite a diferença e a pluralidade dos estudantes. Não cabem, portanto, práticas preconceituosas que desconsiderem as heterogeneidades, Bagno e Rangel (2005, p. 78) inferem que,

O preconceito disseminado sobre essas variedades é, essencialmente, a transferência, para o plano linguístico, de preconceitos que são, no fundo, sociais. Se uma pessoa é pobre, se tem origem rural, se não tem educação formal, se provém de uma região considerada atrasada, sua maneira de falar a língua será considerada (como suposta decorrência “natural” desses fatos) “pobre”, “tosca”, “inculta”, “atrasada” etc.

O campo deve ser concebido como espaço que tem suas particularidades e possibilidades, por conseguinte, a escola enquanto espaço privilegiado de formação, de produção de conhecimento e fortalecimento da variação linguística pode trabalhar com o intuito de proporcionar reflexões sobre a educação e os saberes do campo, a fim de fortalecer e valorizar a identidade camponesa, bem como a forma de falar dos camponeses.

Consoante Pereira (2016, p. 635), “as escolas do Brasil precisam exercitar a contextualização dos conhecimentos linguísticos dos educandos à prática educativa da sala de aula, afirmando, assim, as identidades e valores culturais específicos desses sujeitos.”, de modo a proporcionar uma educação que contemple a diversidade linguística da população.

A escola precisa ser um lugar onde a diversidade seja respeitada, isso perpassa pela valorização das diversas formas de linguagem que são utilizadas no sentido de estabelecer a expressão verbal, bem como pelo confronto ao preconceito, que pode ser disseminado de inúmeras maneiras, inclusive, linguístico. Não se pode desconsiderar que, diante da diversidade do nosso país, temos os distintos modos de falar quanto aos aspectos culturais, regionais, geográficos e sociais.

2 A linguagem enquanto processo de construção social, cultural e geográfica

A língua faz parte do modo de vida e de organização da humanidade. Conforme Calvet (2002), não podemos definir língua apenas como um instrumento de comunicação, afinal essa relação não acontece de forma neutra nem imparcial, pois existe um arsenal de comportamentos entre o falante e sua língua que gera

sentimentos diversos e exerce influência na forma de se comunicar. Portanto, a língua está em processo de construção e recebe influências sociais, culturais e geográficas.

Ainda segundo Calvet (2002, p. 69), “se os usos geograficamente, culturalmente e historicamente, norma espontânea varia da mesma maneira, não se tem as mesmas atitudes linguísticas na burguesia e na classe operária em Londres ou na Escócia, hoje e em cem anos atrás.” Nesse contexto, o autor corrobora ao elucidar como as ações linguísticas sofrem variações quanto aos aspectos sociais e geográficos. Em vista disso, é fundamental considerar que a língua sofre variações diversas.

A Variação Linguística se caracteriza pelas diversas maneiras de falar o idioma de um povo, consequentemente, a língua é um sistema vivo e pode ser modificada por seus falantes. “A variação linguística é uma realidade, embora razoavelmente bem estudada pela sociolinguística, pela dialetologia e pela linguística histórica, provoca em geral relações sociais negativas.” (Faraco, Zilles, 2015. p. 7). Por isso, é fundamental trabalhar a variação linguística em sala de aula no intuito de evitar o preconceito, afinal, o caráter variacionista da língua faz parte da mesma sociedade que tanto a discrimina, é imprescindível romper com o preconceito e construir práticas que associem aprendizagem e respeito.

Em conformidade com Sá (2007), a língua acompanha a estrutura social e varia mediante os grupos sociais em que os falantes estão inseridos, por conseguinte, as instituições de ensino devem considerar a heterogeneidade linguística no intuito de coibir o preconceito linguístico. É evidente que a norma culta não pode ser dispensada das salas de aula, todavia, a escola deve considerar os valores sociais, já que os contextos histórico, social, cultural e geográfico incidem sobre a língua.

Corroborando com essas premissas, vale ressaltar que não cabe mais na escola práticas que ignorem a diversidade cultural dos estudantes, e essa diversidade abrange também a forma de falar. A saber, a escola precisa desenvolver práticas pedagógicas que possibilitem as reflexões sobre a variação linguística, considerando que a língua é heterogênea, dinâmica e está em constante transformação. De modo a promover ações concretas que valorizem e reconheçam a variedade linguística presentes no repertório dos estudantes, e possibilite repensar as práticas que tendem a rotular como “certo” e “errado” no que tange ao uso da língua. A língua vista apenas pelo viés dicotômico “de quem sabe falar bem” e “de quem não sabe falar”, além de cristalizar o preconceito, revela um fosso social muito grande, separando às pessoas em “classes”.

Em consonância com pressupostos defendidos por Labov (2008), não existe uma organização de fala homogênea, nem um modelo de ouvinte ou falante padrão. Em razão disso, é legítimo afirmar a existência de variação e de estruturas heterogêneas

da linguagem. Assim, as diferentes maneiras e situações de comunicação podem apresentar formas de falar diferentes, e à sociolinguística cabe analisar como essas variações são estabelecidas.

Para Bagno (1999), é necessário que as práticas escolares reconheçam a verdadeira diversidade linguística de nosso país para assim planejar de forma mais coerente as práticas pedagógicas, a fim de não marginalizar a população dos falantes das variedades não padrão. Visto que o preconceito linguístico está associado à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa. Diante disso, a escola pode e deve trabalhar no sentido de propor práticas que considerem a variação linguística dos estudantes, mostrando que a gramática que é ensinada na escola é uma das possibilidades, dentre outras, de uso da língua.

As transformações linguísticas sofrem influências ao longo da história, existe assim uma interface entre os aspectos sociais e a utilização da linguagem. Nessa perspectiva, Mollica e Braga (2015) reconhecem a língua em constante processo de modificação e marcada pela heterogeneidade. Outrossim, no Português falado no Brasil existem várias situações de palavras que, embora apresentem escrita distinta, são equivalentes quanto aos aspectos semânticos, o que se constitui enquanto variação. Nesse seguimento, o campo de interesse do Sociolinguística analisa essas variações e como elas se dão de acordo com cada ambiente, cultura e tempo histórico.

Cabe a Sociolinguística investigar o grau de estabilidade ou de mutabilidade da variação, diagnosticar as variáveis que têm efeito positivo ou negativo sobre a emergência dos usos linguísticos e prever seu comportamento regular e sistemático. Assim, compreende-se que a variação e a mudanças são contextualizadas, constituindo o conjunto de parâmetros um complexo estruturado de origens e níveis diversos. Vale dizer, os condicionamentos, que concorrem o emprego de formas variantes são em grande número, agem simultaneamente e emergem de dentro ou de fora dos sistemas linguísticos (Mollica, Braga, 2003, p. 11).

Cabe ressaltar que quando a Variação Linguística é concebida como algo negativo ou para determinar superioridade ou inferioridade entre os falantes, acontece aquilo que Bagno (1999) vai indicar como Preconceito Linguístico. Atualmente alguns movimentos vêm sendo erguidos a fim de lutar contra as distintas manifestações preconceituosas, no sentido de denunciar o quão as ações movidas pelo preconceito são frutos da ignorância, intolerância ou estão veiculadas a algumas manipulações ideológicas. Na obra “Preconceito Linguístico - O que é e como se faz”, o autor evidencia uma série de mitos acerca do preconceito linguístico, dentre eles destacamos o que se refere a ideia que no Brasil existe uma língua padrão, uma língua unificada.

Ora, a verdade é que no Brasil, embora a língua falada pela grande maioria da população seja o português, esse português apresenta um alto grau de diversidade e de variabilidade, não só por causa da grande extensão territorial do país — que gera as diferenças regionais, bastante conhecidas e também vítimas, algumas delas, de muito preconceito —, mas principalmente por causa da trágica injustiça social que faz do Brasil o segundo país com a pior distribuição de renda em todo o mundo. São essas graves diferenças de status social que explicam a existência, em nosso país, de um verdadeiro abismo linguístico entre os falantes das variedades não-padrão do português brasileiro — que são a maioria de nossa população — e os falantes da (suposta) variedade culta, em geral mal definida, que é a língua ensinada na escola (Bagno, 1999, p. 16).

É necessário destacar que, se no Brasil a linguagem não é unificada, ela sofre distintas influências. Em função disso, a escola, enquanto espaço privilegiado de socialização e desenvolvimento, precisa trabalhar no sentido de reconhecer a variação linguística presente no país, bem como promover ações que possibilitem o respeito e valorização da diversidade do nosso país. Enfim, somos diversos no modo de falar, vestir, alimentar, enfim, somos marcados pela diferença.

3 A interface entre Variação, Preconceito Linguísticos e Educação do Campo

A Educação do Campo se constitui enquanto um projeto de sociedade que luta pelo direito à terra e concomitantemente por uma educação do campo que respeite, valorize e contemple a diversidade dos povos do campo. A Educação Campesina é reconhecida como política pública a partir de 2002, depois de intensos movimentos de lutas e reivindicações que foram protagonizados por sujeitos do campo que resistiam à dominação, negação da terra e à educação pública de qualidade.

Caldart (2012) infere que a Educação do Campo tem origem a partir de questões práticas e busca trabalhar a riqueza social e humana existente na diversidade dos sujeitos. Vale elucidar que os desafios são atuais e apontam a necessidade de intensificar as lutas e movimentos que reivindicam a garantia de uma educação universal que atenda às necessidades da população camponesa. O processo histórico de consolidação e luta da Educação do Campo ilustra que desde sua origem a pauta de reivindicações se firmaram na defesa de uma educação que considere e respeite as diferenças individuais, mas também coletivas.

Em consonância com Arroyo, Caldart e Molina (2004), o campo deve ser concebido como espaço quem tem suas particularidades e possibilidades, é evidente que a escola enquanto lugar de formação, de produção de conhecimento e fortalecimento da cultura pode trabalhar no sentido de conferir uma educação que possibilite reflexões sobre os saberes do campo, com o intuito de fortalecer e

valorizar a identidade campesina, bem como a forma de falar e se comunicar dos campesinatos.

Dessarte, quando pensamos a Variação e o Preconceito e sua interface com a Educação do Campo, interessa-nos saber como as práticas educativas têm trabalhado essas temáticas? Diante dessa inquietação, defendemos que o ensino de Língua Portuguesa nas escolas do campo deve ser pautado no sentido de construir uma proposta que favoreça a construção de conhecimentos e do respeito às diversas formas de comunicação e variação da língua. Nesse sentido, a escola tem a função social de colaborar na construção do respeito à diversidade cultural, mas também linguística.

Outro ponto relevante que precisamos considerar são as proposições do que é falar correto, tais posturas vêm encharcadas de preconceitos. Segundo Calvet (2002), a ideia do “bem falar” possui um estereótipo à medida que limita aquilo que se configura enquanto falar corretamente. Afinal, o uso da língua pode variar mediante os aspectos sociais, geográficos, culturais e históricos, à proporção que as variações vão acontecendo, normas vão sendo criadas. Consequentemente, não é possível eleger apenas uma norma para conduzir o uso da língua.

Discutir Variação Linguística e Preconceito Linguístico na Educação do Campo é algo possível e necessário, afinal a Educação do Campo entende e defende a urgência de políticas públicas educacionais que respeitem e contemplem a diversidade dos povos campesinos. Ademais, é imprescindível assinalar que a língua é uma construção social, portanto, precisa ser compreendida dentro dos seus aspectos culturais, históricos e sociais. Nessa continuidade, Frigotto (2012) adverte que os comportamentos e ações humanos são construídos histórica e culturalmente.

A língua que falamos, os valores, os sentimentos, os hábitos, o gosto, a religião ou as crenças e os conhecimentos que incorporamos não são realidades naturais, mas uma produção histórica. São os seres humanos em sociedade que produzem as condições que se expressam no seu modo de pensar, sentir e de ser (Frigotto, 2012, p.268).

Cabe salientar que entre os princípios da Educação do Campo se encontra o respeito à diversidade, dito isso, quando voltamos o olhar em direção à Sociolinguística e ao estudo da Variação e do Preconceito Linguístico, percebemos que existe uma interface entre variação e preconceito linguístico e a educação do campo. Embora saibamos que a Educação do Campo seja uma concepção mais ampla que extrapola as questões pedagógicas, não exclui a discussão da necessidade de práticas que respeitem a heterogeneidade dos povos do campo. Consoante

Arroyo (2012), a Educação do Campo, historicamente, é erguida a partir da luta pelo reconhecimento e valorização da diversidade do campesinato.

O reconhecimento da diversidade de coletivos em lutas por terra, território, trabalho, educação, escola está presente na história da defesa de outra educação do campo nas conferências, no fórum e na pressão por políticas públicas, na proximidade dos cursos de Formação de Educadores, Pedagogia da Terra e Formação de Professores para o campo, indígenas, quilombolas etc. A diversidade está exposta e exige reconhecimento. Neste verbete, discute-se a construção da diversidade no próprio movimento de conformação da educação do campo (Arroyo, 2012, p. 231).

Compreende-se que a escola é um dos espaços sociais privilegiados de construção de conhecimento e transformação social. Nessa perspectiva, Arroyo e Fernandes (1999) mensuram a urgência de implantar no processo de educação uma estrutura inclusiva, assim, a escola precisa adotar estratégias práticas com o intuito de ofertar uma educação democrática, igualitária, capaz de respeitar a diversidade de crianças, jovens e adultos do campo. Nessa perspectiva é urgente desconstruir a visão urbanocêntrica que supervaloriza a cidade como espaço do saber ideal e o campo como lugar do atraso.

De acordo com Silva (2018), a lógica urbanocêntrica é frequentemente adotada nas escolas do campo e tem uma perspectiva voltada aos conteúdos amparados pelo processo de urbanização, assim, o ponto de partida e de chegada do conhecimento é a cidade, apresentada como superior e moderna. A exemplo desta lógica adotada nas escolas do campo, temos o ensino de Língua Portuguesa, quando segue o modelo do ensino da cidade, não considerando assim, as diversidades e especificidades do campo, bem como o modo de falar dos camponeses.

Nesse contexto, Bagno (2007) enfatiza que a língua é falada por seres humanos que vivem em sociedades, se esses seres humanos e essas sociedades são sempre, em qualquer lugar e em época, heterogêneos, diversificados, instáveis, sujeitos a conflitos e a transformações, o estranho, o paradoxal, o impensável seria justamente que as línguas permanecessem estáveis e homogêneas

Em suma, entendemos que existe um preconceito voltado às variações linguísticas presentes na população que vive no campo e acontece sob dois vieses: primeiro, o preconceito voltado à forma de falar e, segundo, o preconceito por pertencer à população que vive no campo, o que revela preconceitos sociais e geográficos alicerçados a partir de ideologias que supervalorizam a cidade em detrimento do campo, logo os camponeses vivenciam um duplo preconceito, por ser do campo e pela sua maneira de falar. Todavia, é inadmissível que a escola reforce

esses comportamentos. Afinal, o processo educacional deve respeitar as diferentes formas de existir, dentre elas, a heterogeneidade da fala.

4 Resultados e Discussões

O presente artigo possibilitou perceber que a interface entre Variação e o Preconceito Linguísticos nas aulas de Língua Portuguesa na Educação do Campo é uma temática discutida por perspectivas diferentes, contudo é comum a postura que defende e legitima a língua enquanto um fenômeno social e mutável. Cabe destacar que foram localizados poucos estudos que tratavam diretamente da temática pesquisada, apesar da importância do tema, o que aponta a necessidade de mais pesquisas que se proponham a investigar a interface entre Variação e Preconceito Linguístico na Educação do Campo.

No Quadro 1, elencamos textos que apresentam reflexões sobre a Variação e Preconceito Linguísticos na Educação do Campo.

Quadro 1 – Estudos selecionados

Autor / ano de publicação/tipo de texto	Título	Objetivo
Izabella Regina Basso Pimentel 2018 Dissertação de Mestrado	A abordagem da variação linguística no contexto da escola do campo.	Elaborar uma proposta de intervenção para o Ensino Fundamental com o intuito de contribuir para o ensino de Língua Portuguesa em uma perspectiva, sociolinguisticamente, sensível.
Telma Maria Pereira dos Santos, Fabrício da Silva Amorim, Bárbara Elaine Correia de Santana 2022 Artigo científico	Educação do Campo e Sociolinguística Educacional: trilhas pedagógicas decoloniais	Discutir a perspectiva de ensino de língua, no âmbito da Educação do Campo, objetivando circunscrevê-la em um conjunto de práticas político-pedagógicas de natureza decolonial.
Silmara Aparecida Ponciano, Mauricio Vitória Fagundes 2021 Artigo científico	Educação do Campo: valorização através da língua.	Suscitar reflexões acerca da educação no campo, começando por um breve histórico da mesma e finalizando com a valorização do aluno camponês através do estudo da variedade linguística.
Lenilson de Almeida Feitosa 2023 Artigo científico	Crenças e atitudes nas escolas do campo: o que dizem os professores sobre os fenômenos variacionistas do Português brasileiro?	Avaliar as atitudes linguísticas dos docentes de Língua Portuguesa, diante dos fenômenos variacionistas do Português no Brasil proferido pelos alunos do 6º ano em uma Escola Pública Municipal, localizada no território rural do município de Breves/PA.

Rosenildo da Costa Pereira 2016 Artigo científico	Educação escolar e população do campo - Por um ensino de português bidialetal	Analisar o efeito “devastador” do ensino de português padrão no processo ensino-aprendizado e no rebaixamento da identidade linguística dos alunos das classes populares do campo da Amazônia Paraense.
---	---	---

Fonte: Elaborados pelas autoras.

O quadro 1 traz uma visão geral dos textos analisados, de modo a situar a autoria, ano de publicação, tipo de texto, título, objetivo e as principais contribuições do estudo. Na direção de buscar responder ao objetivo da presente pesquisa, destacamos aspectos que foram abordados pelos 5 (cinco) textos listados a seguir.

Na pesquisa desenvolvida por Pimental (2018), a autora defende que os sujeitos do campo necessitam de uma educação desenvolvida e fundamentada a partir da cultura e das necessidades humanas, culturais e sociais dos camponeses e afirma que “é possível desenvolver um material próprio e diversificado, diferente daquele apresentado pelos livros didáticos, capaz de despertar a curiosidade dos alunos e o empenho deles na realização das atividades, promovendo prazer e aprendizado” (Pimentel, 2018, p.119).

A autora indica a urgência de o ensino de Língua Portuguesa nas escolas do campo desenvolver ações pedagógicas que fomentem reflexões acerca das possibilidades de variação da língua, além de assinalar ainda a possibilidade, bem como a necessidade de minimizar o preconceito, fomentar a valorização da variedade linguística por meio de um trabalho pedagógico que seja capaz de desenvolver ações voltadas a preparar os estudantes para a vida e para lidar com as diversidades da língua.

Santos, Amorim e Santana (2022, p. 17) mencionam que “o ensino sociolinguístico de português, no âmbito da Educação do Campo, representa uma necessária ação pedagógica para valorização de falares locais, contribuindo para o resgate/fortalecimento da autoestima (linguística) dos estudantes camponeses”. Os autores apontam que o preconceito linguístico tem uma relação entre língua e a colonialidade.⁶ Por isso, indicam a urgência de práticas que desconstruam a noção

⁶ Entende-se por colonialidade, aspectos relativos à estigmatização da identidade vernacular do sujeito do campo, operada por discursos e práticas normativas de reconhecimento apenas da norma linguística herdada pelo colonizador como instrumento eficaz de comunicação. (Santos, Amorim e Santana (2022, p. 3). Para maior esclarecimento acerca do termo coloquialidade sugerimos a leitura de Quijano, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, E. (Org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. p.227-278, 2005.

de superioridade entre os povos, de modo a valorizar o modo de ser, falar e existir de quem vive tanto no campo quanto na cidade.

De acordo com Santos, Amorim e Santana (2022), no que concerne à Educação no Campo, existe uma certa imposição de um currículo historicamente baseado na colonialidade, o que exclui das atividades didáticas aspectos que considerem a identidade cultural do sujeito do campo, uma vez que a sua cultura é descrita como inferior em relação à cultura dominante – europeia, industrial, urbanizada. Para os autores, essas práticas reproduzem uma herança colonialista que perdura na realidade educacional do nosso país. Os autores convocam o desdobramento de outras pesquisas que objetivem a mobilização de práticas voltadas à Língua Portuguesa, em escolas do campo, a fim de superar o modelo colonial que ignora a variação linguística e sustentam o preconceito.

O artigo de Pereira (2016) corrobora com as ideias defendidas pelos autores citados nesta sessão, ao apontar que o nosso sistema educacional precisa reconhecer a diversidade linguística existente entre os falantes de uma língua. Ademais, o autor infere que todos os educadores comprometidos com a educação das camadas populares do Brasil devem propagar entre os estudantes a convicção de que não foi cientificamente comprovado que, diante da variedade da língua, exista uma que seja superior ou inferior, “melhor” ou pior que outra, visto que todas as línguas inquestionavelmente estão sujeitas à variação.

Nessa lógica os educadores, em especial os professores de língua portuguesa, devem pensar e repensar sobre suas práticas educativas com o intuito de colaborar com a transformação da sociedade. Visto que, não há ninguém melhor do que os “estudiosos desta área do conhecimento, para alertar os alunos de que seu conhecimento dialetal é tão válido quanto qualquer outro conhecimento linguístico no território brasileiro, ratificando a identidade cultural dos sujeitos” (Pereira, 2016, p. 636). Enfatiza-se, assim, o compromisso social de professores com a propagação de uma educação inclusiva, socialmente justa e democrática.

O estudo desenvolvido por Ponciano e Fagundes (2021) apresenta a problemática vivenciada pelos estudantes do campo em relação à falta de valorização dos seus modos de vida, o que interfere na autoestima desses sujeitos. Os autores descrevem a experiência de uma atividade da disciplina de Língua Portuguesa que trabalhou leitura, escrita e produção de texto a partir da valorização de expressões e a linguagem que refletem a realidade dos estudantes. A atividade demonstrou o quanto é possível ações didáticas valorizarem os povos do campo e suas variações linguísticas.

Para Ponciano e Fagundes (2021), o professor deve utilizar a gramática normativa nas aulas de Língua Portuguesa, contudo, não pode coibir totalmente a possibilidade de interação que é a condição do exercício da linguagem. O caminho é apresentar a norma padrão como uma alternativa de linguagem, mas não como a única, legitimando, assim, a possibilidade de variação da língua. Dessa maneira, por intermédio de ações práticas, os educadores são capazes de imprimir um novo significado ao ensino de Língua Portuguesa.

Feitosa (2023) propõe que é crucial identificar as crenças e atitudes linguísticas dos professores frente a essa realidade linguística. Assim, é oportuno destacar que o falar “diferente” é uma manifestação da língua, e nessa ótica as práticas docentes devem seguir os parâmetros da uma pedagogia da variação, de forma a cultivar no educando uma consciência linguística e cultural. Essas ações não descartam a instrução da variedade padrão, pelo contrário, ela deve ser ensinada, entretanto, sem engessar a educação e/ou impor a superioridade entre as variações.

As proposições de Feitosa (2023), bem como de Ponciano e Fagundes (2021) indicam que a prática docente ainda é pautada na valorização do ensino prescritivo da gramática normativa, que pode incidir no preconceito, ignorar a identidade dos povos e no apagamento das variantes linguísticas faladas pelos discentes das escolas ribeirinhas. Desse modo, é cabível que, ao utilizar a norma vigente, não se ignore o caráter variacionista da língua. Tal posicionamento pode ser verificado também em:

O preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão. Uma receita de bolo não é um bolo, o molde de um vestido não é um vestido, um mapa-múndi não é o mundo... Também a gramática não é a língua (Bagnó, 1999, p.9).

Diante do que foi observado, cabe ressaltar que é consenso entre os estudos a importância da valorização do estudante camponês, e esse movimento pode acontecer por meio do estudo da variedade linguística. Além disso, existe entre as ideias defendidas nos textos o reconhecimento de que a função do ensino de Língua Portuguesa deve se pautar na construção de práticas que não reproduzam o preconceito linguístico. Essas práticas perpassam pelo respeito às experiências (sociais, culturais e históricas) trazidas pelo educando ao âmbito escolar. Para Freire (1996, p. 33):

Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração as condições em que eles vêm existindo, se não se reconhece a importância dos “conhecimentos de experiência feitos” com que chegam à escola. O

Entre os estudos analisados é possível observar que embora de maneira incipiente, temos iniciativas que consideram os pressupostos basilares da sociolinguística ao trabalhar a noção da variação linguística nas ações pedagógicas. Existe uma notória convergência no referencial utilizado, pois todos os estudos trazem pressupostos dos estudos de Bagno para discutir a sociolinguística e o caráter heterogêneo da língua e utilizam obras consagradas, como Labov (2008), Calvet (2002), para dar sustentação teórica às discussões.

A partir dos estudos analisados, observou-se que, embora os resultados apontem a importância de reconhecer a variação linguística, indicam que, nas escolas do campo, as práticas de ensino da Língua Portuguesa que possibilitam a reflexão acerca da variação linguística e do preconceito linguístico são tímidas, o que indica a urgência de modificação nas ações pedagógicas para que se garanta uma educação democrática e integral. É imprescindível que a escola e as práticas pedagógicas desenvolvidas nas aulas de Língua Portuguesa reconheçam os conhecimentos de vida, da história e cultura do campesinato, reforçando e fortalecendo, assim, a identidade do educando do campo.

Cabe inferir que, em geral, durante o mapeamento dos estudos, localizamos inúmeras pesquisas referentes à temática de Variação e Preconceito Linguísticos no ensino de Língua Portuguesa. No entanto, encontramos um número reduzido de pesquisas que tratam da Variação e Preconceito Linguísticos no contexto da escola do campo, ou localizamos estudos com reflexões pouco consistentes que não apresentavam a necessária discussão teórico-metodológica exigida. Isso sinaliza a necessidade da realização de outras pesquisas com discussões mais consistentes e críticas que abordem a sociolinguística variacionista e suas implicações na contemporaneidade, tanto no plano teórico como nas ações pedagógicas.

Considerações finais

Nesta pesquisa, buscamos reflexões acerca daquilo que é investigado sobre a Variação e o Preconceito Linguísticos nas escolas do campo a partir do ensino de Língua Portuguesa. Ao analisar os textos, fica evidente que ainda carecemos de mais estudos que se debrucem sobre o assunto. Além do mais, verifica-se que é de suma importância que o ensino de Língua Portuguesa nas escolas do campo deve estar articulado com a realidade social dos estudantes, considerando-se o caráter heterogêneo da língua.

Em suma, apreende-se que é necessário debater o ensino da Língua Portuguesa, de modo a pensar estratégias que contribuam para a construção de um espaço escolar diverso, capaz de respeitar os distintos fenômenos linguísticos. Vale ressaltar, a língua se constrói a partir do processo histórico que passa por variações e transformações, não cabendo, no ambiente educacional, preconceitos e ideias que aprisionem ou imponham um modelo linguístico engessado.

Outrossim, reconhecemos a importância do ensino da gramática, porém, não na perspectiva que é dada, como a única possibilidade da língua, sem nenhuma reflexão sobre os fenômenos existentes e/ou considerando tais fenômenos com algo “errado”. Posto que existem outras possibilidades de uso da língua, por essa razão, entendemos que a variação linguística precisa ser considerada nas ações pedagógicas.

Em vista disso, defendemos que o ensino de Língua Portuguesa nas escolas do campo deve objetivar criar uma proposta que favoreça a construção de conhecimentos sobre a variedade da língua. Afinal, a escola tem a função social de colaborar para a instauração do respeito à diversidade à medida que reconhece o fenômeno da variação linguística e contribui para o desarraigamento do preconceito linguístico. Sobre as contribuições das pesquisas, é consenso entre as proposições dos autores a importância de um ensino de Língua Portuguesa na Educação do Campo que considere a identidade e aspectos culturais e sociais dos educandos.

O universo do problema apresentado neste artigo não se esgota aqui, por isso, é fundamental o desenvolvimento de outros estudos que visem contribuir na direção de promover uma educação democrática que respeite e contemple a diversidade dos povos do campo. Assim, foi identificado que, embora existam avanços e uma literatura extensa que se debruce a discutir a Variação e o Preconceito Linguísticos, na realidade da Educação do Campo, esse movimento ainda é incipiente. O que indica que existe um longo percurso até que, de fato, efetivem-se ações pedagógicas nas escolas do campo que considerem a heterogeneidade da língua e entendam o ensino da Língua Portuguesa enquanto uma possibilidade de valorização, reconhecimento da cultura e diversidade do campo, de modo a romper com o viés do preconceito.

Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez. FERNANDES, B. M. *A educação básica e o movimento social do campo. Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo*. nº 2. Brasília.1999. (Coleção Por Uma Educação Básica do Campo).

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália: novela sociolinguística*. 15. ed. Laiola São Paulo: Contexto, 2006. p.209

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso - Por uma pedagogia da variação lingüística*. São Paulo. Parábola. 2007.

BAGNO, Marcos. RANGEL, Egon. Tarefas da educação lingüística no Brasil. *Rev. Brasileira de Lingüística Aplicada*, v. 5, n. 1, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/LdCCsV35tZzGymcnq8DcW5p/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 12 de junho de 2023.

BAGNO, Marcos. *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: edições Loyola, 1999.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nóis cheguemu na iscola, e agora? – Sociolinguística e educação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete. et al, (orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. 2. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Expressão Popular, 2012.p. 267-273.

CALVET, L. Sociolingüística: uma introdução crítica. Trad. de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CAMACHO, Roberto Gomes. Da linguística formal à linguística social: o protagonismo do falante. In: BRANDÃO, Flávio Silva; ROMOALDO, Edson Carlo; PEREIRA, Hércius Batista [Orgs.]. *Da Variação Linguística à “Pedagogia da Variação”: descrição e ensino de português*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 248p.

COSTA, Francisco de Assis. CARVALHO, Horácio de Martins. Campesinato. in: CALDART, Roseli. Salete. et al. *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo, 2ª edição: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 115-122.

FEITOSA, Lenilson de Almeida. Crenças e atitudes nas escolas do campo: o que dizem os professores sobre os fenômenos variacionistas do português brasileiro? In: *Revista Falas Breves*, no. 12, junho de 2023, Breves-PA. p. 83-84 Disponível em: <https://www.falasbreves.ufpa.br/index.php/revista-falas-breves/article/download/307/261> acesso em 09 de setembro de 2023.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação Unilateral. In: CALDART, Roseli Salete. et al, (orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. 2. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Expressão Popular, 2012.p. 267-273.

GIL, Antônio Carlos. *Como Elaborar Projetos de pesquisa*. 4ª edição. São Paulo. Editora Atlas, 2002. p. 44.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. de M. Bagno; M. M. P. Scherre; C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972]

MARIANO, Rafaela. SILVA. Beatriz. *Sociolinguística*. 2. Língua portuguesa - Aspectos sociais. Londrina. Editora e Distribuidora Educacional S.A. 2017. 200 p. Disponível em: https://cm-kls-content.s3.amazonaws.com/201702/INTERATIVAS_2_o/SOCIOLINGUISTICA/U1/LIVRO_UNICO.pdf Acesso: 09 de novembro de 2023.

OLIVEIRA, Genivaldo da Conceição, PAIM, Marcela Moura Torras Paim. *Variação linguística pelos veios dialetológicos e a perspectiva sociolinguística: um breve passeio pelos dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil – ALiB*

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. 4. ed., São Paulo: Contexto, 2015.

OLIVEIRA, Thiago Soares. A sociolinguística e a questão da variação: um panorama geral. *Revista Letras*, Curitiba, v. 19, n. 25, p. 01-18, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rl> acesso em 09 de novembro de 2023.

PEREIRA, Rosenildo da Costa. Educação escolar e população do campo: Por um ensino de português bidialetal. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 10, n. 19, p. 627-638, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/download/598/710/2253> acesso em 05 de outubro de 2023.

PIMENTEL, Izabella Regina Basso. *A abordagem da variação linguística no contexto da escola do campo*. 2018. 146 f. Dissertação (Letras - Mestrado Profissional) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2018. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/3674> Acesso em: 10 de outubro de 2023.

PONCIANO, Aparecida, Silmara. FAGUNDES, Maurício Vitória. *Educação do Campo: valorização através da língua*. Ministério da Educação. Universidade Federal do Paraná- setor Litoral. [s.d] Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/54545/R%20-%20E%20-%20SILMARA%20APARECIDA%20PONCIANO.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 10 de outubro de 2023.

SÁ, Edmilson José de. *Estudos de variação linguística: O que é preciso saber e por onde começar*. São Paulo: Texto novo, 2007.

SANTOS, Arlete. Ramos. Educação do Campo e Agronegócio: Território de Disputa. *Educação em Revista*, Marília, v.18, n.2, 2017, p. 71-90. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/7415/4686> Acesso em: 13 de setembro de 2023. p.72.

SANTOS, Maria Telma Pereira dos; AMORIM, Fabrício da Silva; SANTANA, Elaine. Correia. de. Educação do Campo e Sociolinguística Educacional: Trilhas pedagógicas decoloniais. *Enlaces*, Salvador, v. 3, 2022. DOI: 10.55847/enlaces.v3i.962. Disponível em: <https://publicacoes.ifba.edu.br/enlaces/article/view/962>. Acesso em: 12 setembro de 2023.

SILVA, Maria do Socorro. Educação do campo e políticas educacionais: avanços, contradições e retrocessos. *Revista Educação e Políticas em Debate*, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 23-41, 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/46390>. Acesso em: 29 maio. 2023.

ZILLES, Ana M. S.; FARACO, Carlos A. *Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino*. São Paulo: Parábola, 2015. p. 31-51.

Submetido: 29/11/2024

Aceito: 21/02/2025

Publicado: 22/02/2025

Vol. 01, **Nº 03** (2024)
ISSN: 2966-0130

REVISTA FIOS DE LETRAS

LÍNGUA E IDENTIDADE JORDÃO BASTO LINGÜÍSTICO SOCIOLINGÜÍSTICA

DIALETOLOGIA

VARIACÃO E MUDANÇA LINGÜÍSTICA ETNOLINGÜÍSTICA

DIALETO GEOLETO SOCIOLETO VARIACÃO

ATLAS LINGÜÍSTICO SOCIOLINGÜÍSTICA

POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS LINGÜÍSTICA

SOCIOLINGÜÍSTICA

SOCIOLINGÜÍSTICA

PLURILINGÜISMO RELACÃO

LÍNGUA E IDENTIDADE

DIALETOLOGIA

VARIACÃO E MUDANÇA LINGÜÍSTICA

DIALETO GEOLETO SOCIOLETO

ATLAS LINGÜÍSTICO SOCIOLINGÜÍSTICA

POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS LINGÜÍSTICA

SOCIOLINGÜÍSTICA

SOCIOLINGÜÍSTICA

PLURILINGÜISMO RELACÃO

LÍNGUA E IDENTIDADE

DIALETOLOGIA

VARIACÃO E MUDANÇA LINGÜÍSTICA

DIALETO GEOLETO SOCIOLETO

ATLAS LINGÜÍSTICO SOCIOLINGÜÍSTICA

POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS LINGÜÍSTICA

SOCIOLINGÜÍSTICA

SOCIOLINGÜÍSTICA

PLURILINGÜISMO RELACÃO

LÍNGUA E IDENTIDADE

DIALETOLOGIA

VARIACÃO E MUDANÇA LINGÜÍSTICA

DIALETO GEOLETO SOCIOLETO

ATLAS LINGÜÍSTICO SOCIOLINGÜÍSTICA

POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS LINGÜÍSTICA

SOCIOLINGÜÍSTICA

SOCIOLINGÜÍSTICA

PLURILINGÜISMO RELACÃO

LÍNGUA E IDENTIDADE

DIALETOLOGIA

VARIACÃO E MUDANÇA LINGÜÍSTICA

DIALETO GEOLETO SOCIOLETO

ATLAS LINGÜÍSTICO SOCIOLINGÜÍSTICA

POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS LINGÜÍSTICA

SOCIOLINGÜÍSTICA

SOCIOLINGÜÍSTICA

PLURILINGÜISMO RELACÃO

LÍNGUA E IDENTIDADE

DIALETOLOGIA

SOCIOLINGÜÍSTICA

PLURILINGÜISMO RELACÃO

LÍNGUA E IDENTIDADE

DIALETOLOGIA

VARIACÃO E MUDANÇA LINGÜÍSTICA

DIALETO GEOLETO SOCIOLETO

ATLAS LINGÜÍSTICO SOCIOLINGÜÍSTICA

POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS LINGÜÍSTICA

SOCIOLINGÜÍSTICA

SOCIOLINGÜÍSTICA

PLURILINGÜISMO RELACÃO

LÍNGUA E IDENTIDADE

DIALETOLOGIA

VARIACÃO E MUDANÇA LINGÜÍSTICA

DIALETO GEOLETO SOCIOLETO

ATLAS LINGÜÍSTICO SOCIOLINGÜÍSTICA

POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS LINGÜÍSTICA

SOCIOLINGÜÍSTICA

SOCIOLINGÜÍSTICA

PLURILINGÜISMO RELACÃO

LÍNGUA E IDENTIDADE

DIALETOLOGIA

VARIACÃO E MUDANÇA LINGÜÍSTICA

DIALETO GEOLETO SOCIOLETO

ATLAS LINGÜÍSTICO SOCIOLINGÜÍSTICA

POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS LINGÜÍSTICA